

Secretário terá de explicar à Justiça irregularidades na compra e distribuição de medicamentos de alto custo pela rede pública

Sobra dinheiro, mesmo assim faltam remédios

ERIKA KLINGL

DA EQUIPE DO CORREIO

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal des- cumpre desde 15 de ja- neiro determinação da Promotoria de Justiça de Defe- sa da Saúde (Prosus) de forne- cer remédio para o aposentado João Vargas, de 53 anos. Com neuromielite óptica, uma doença que ataca a medula es- pinhal e a visão, há seis meses o endereço de João é o terceiro andar do Hospital de Base. Quando chegou lá, ele andava e era auto-suficiente. Agora, só sai da cama com dores e muita ajuda. Para piorar, a cada dia enxerga menos. Tudo culpa, não só da doença, mas da falta de medicamento — fato já corriqueiro na prateleiras da Far- mácia de Alto Custo.

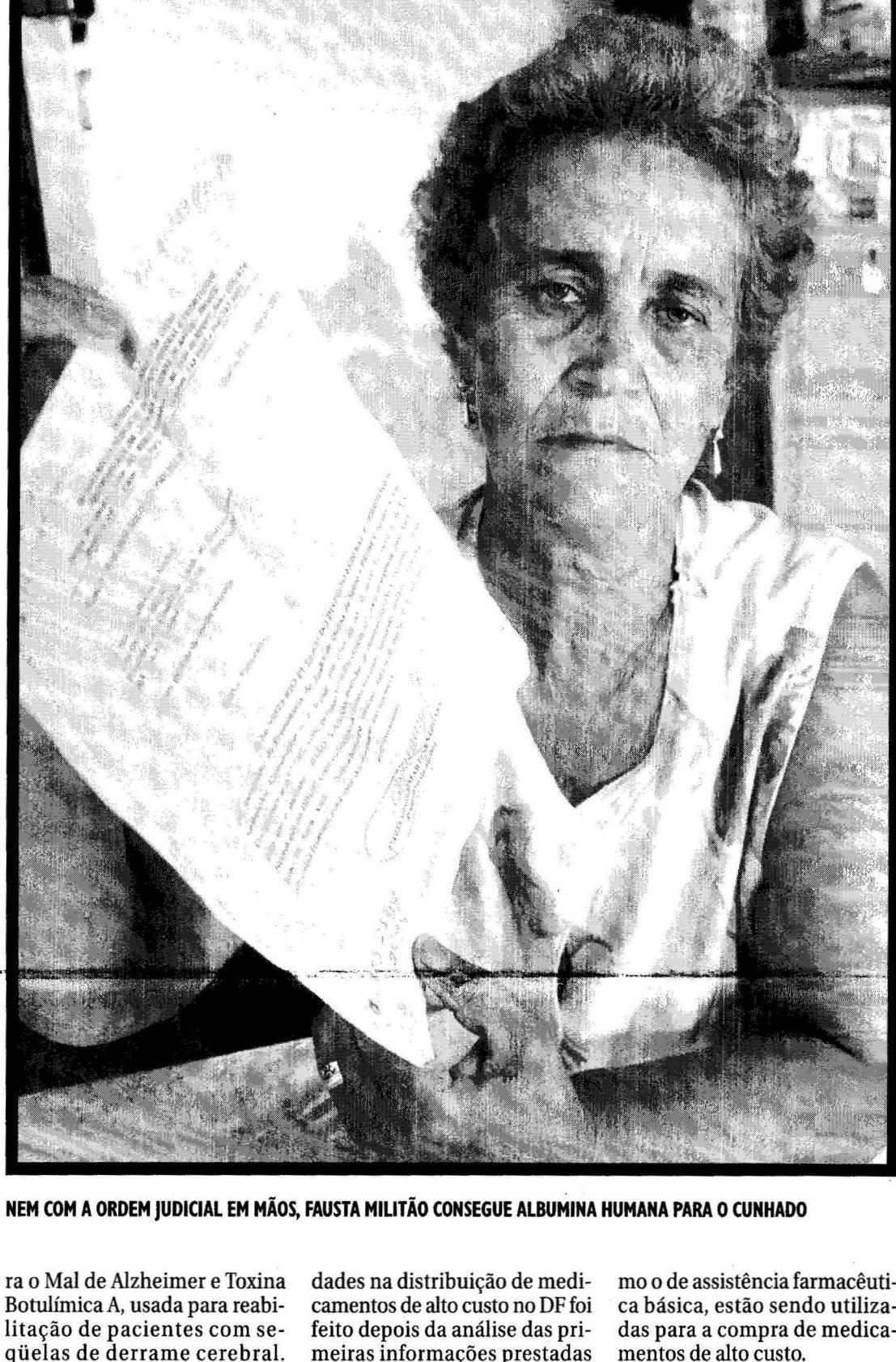
Cansada de assistir à piora no quadro do aposentado, Fausta Pereira Militão, cunhada de João Vargas, resolveu pedir na Justiça o remédio chamado albumina humana, fundamental para o tratamento. "Faz mais de um mês que eu ligo para a secretaria com a ordem do Prosus na mi- nha mão. Mesmo assim, eles me enrolam e mandam ligar no dia seguinte", conta. "Eu não desisto porque ele está cada dia pior e dá pena ver aquele homem novo encostado sozinho numa cama."

A Promotora do Prosus que assina a determinação é Cátila Gisele Guimarães. Esta sema- na, ela e a procuradora geral do Ministério Público de Contas do DF, Cláudia Fernanda Pereira, foram além. As duas enca- minharam ofício para o secre- tário de Saúde, José Geraldo Maciel, com prazo até sexta- feira, para que sejam dadas ex- plicações sobre irregularidades na aquisição de medicamentos de alto custo em 2006, e que acabaram por resultar no com- prometimento do abasteci- mento da farmácia em 2007.

"Faltou remédio no fim do ano mesmo e ainda faltam al- guns nas prateleiras", admitiu ontem José Maria Freire, presi- dente do Fundo de Saúde do DF, órgão responsável pelos recur- sos para a compra dos medica- mentos. "Faltou porque não ti- vemos dinheiro para comprar." Segundo ele, a causa foi a frus- tração da arrecadação. "O Pro- duto Interno Bruto (PIB) do Bra- sil é o que menos cresce no con- tinente. Havia previsão orça- mentária, mas o dinheiro não entrou", argumenta. Agora, de acordo com ele, a situação vai se normalizando. No entanto, al- guns remédios ainda estarão em falta nas próximas semanas.

São medicamentos como o Calci- tol, para pacientes com osteoporose, Rivastigmina, pa-

Marcelo Ferreira/CB



NEM COM A ORDEM JUDICIAL EM MÃOS, FAUSTA MILITÃO CONSEGUE ALBUMINA HUMANA PARA O CUNHADO

ra o Mal de Alzheimer e Toxina Botulímica A, usada para reabi- litação de pacientes com se- quelas de derrame cerebral. "Entre dezembro e janeiro, os laboratórios dão recesso aos seus funcionários. Tivemos de esperar para fazer as encomen- das, por isso alguns ainda estão em falta", afirma.

O problema é que para cente- nes de moradores do DF, essa es- pera representa muito. "Quando vi meu pai da última vez, ele es- tava andando. Agora mal sai da cama e está deprimido, afinal, ele nem pode ver televisão por causa da visão afetada", lamenta Dilse, filha de João Vargas.

Irregularidades

O pedido de informações das promotoras do Prosus à Secre- taria de Saúde sobre as irregula-

dades na distribuição de medi- camentos de alto custo no DF foi feito depois da análise das pri- meiras informações prestadas pela secretaria, nas quais se constataram várias informações que não batem. Os documentos enviados à Promotoria demons- tram, por exemplo, que, atual- mente, existem pouco mais de R\$ 8 milhões disponíveis para a aquisição de remédios de alto custo, embora a secretaria ale- gue que não há orçamento para regularizar a distribuição e esteja, inclusive, em dívida com os fornecedores.

Além disso, o GDF não vem

contribuindo para a compra desses medicamentos, que é feita com recursos da União e dos estados. Verbas deposita- das pela União, destinadas a outros programas de saúde, co-

mo o de assistência farmacêuti- ca básica, estão sendo utiliza- das para a compra de medica- mentos de alto custo.

De acordo com o Prosus, ou- tras informações prestadas pela secretaria são incoerentes. Por exemplo, o saldo de estoque fi- nal de um mês não confere com o inicial do mês seguinte, e a quantidade de pacientes infor- mados como usuários de medi- camentos excepcionais diverge da movimentação desses mes- mos medicamentos. O Minis- terio da Saúde também será cha- mado a prestar esclarecimentos sobre a utilização de recursos da União destinados a outros pro- gramas e ao não-cumprimen- to, pelo GDF, de sua cota na polí- tica de co-financiamento adotada para a compra de medi- camentos excepcionais.

Em busca de solução para o Cacon

O ministro da Saúde, Age- nor Álvares, quer encontrar uma solução para a continuidade das obras do Centro de Alta Complexidade em Onco- logia (Cacon) do HUB. Para is- so, vai se reunir hoje à tarde com o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, a diretora do Hos- pital Universitário de Brasília (HUB), Tânia Torres, o diretor- geral do Instituto Nacional de Câncer (Inca), Luiz Antonio Santini, e o secretário de Saú- de do DF, José Geraldo Maciel.

A construção do primei- ro centro avançado de radioter-

apia da rede pública do DF está

parada há 13 meses e causa

prejuízos aos cofres públicos.

As obras já consumiram mais de R\$ 5 milhões. Além disso, 17 equipamentos de radioterapia foram comprados e aguardam a inauguração do centro ar- manezados em um galpão no hos- pital. Só as máquinas, que são de última geração, custaram R\$ 2,6 milhões.

O secretário Maciel oferece- rá ajuda para colocar o acelera- dor linear em funcionamento e atender aos pacientes da rede pública do DF. Ele afirma que consegue construir uma sala no Hospital Regional de Taguatinga (HRT) dentro de seis a oito meses para receber o apare- lho. Além do acelera- dor linear, a Secretaria de Saú- de está de olho em outros dois equipa-

mentos já comprados pelo Mi- nistério da Saúde — o Sistema de Braquiterapia de Alta Dose e o Sistema de Planejamento pa- ra Teleterapia 3D.

Os três são os aparelhos mais caros dos que estão no galpão da UnB. Só o acelera- dor linear custa R\$ 1,6 milhão. O DF tem um acelera- dor linear no Hospital de Base de Brasília (HBB), mas o equipa- mento está velho e quebra con- stantemente. O Sistema de Planejamento para Telete- rapia 3D nem existe na rede pública de saúde. Cerca de 3,5 mil pessoas precisam fazer radioterapia no DF por ano. O acelera- dor do HBB não con- segue atender toda a deman-

da, e pacientes do DF são mandados para hospitais de Anápolis e Goiânia, a um custo de R\$ 20 mil cada.

O Inca é contra a idéia de que os equipamentos funcio- nem no HRT. Em 2004, os téc- nicos do instituto apontaram que o hospital não tinha médi- cos especializados para manu- sejar o acelera- dor linear, como oncologista clínico, patologis- ta e físico-médico. Além disso, o Inca se preocupa com o transpor- te e a instalação das máquinas em outro local, e de- fende que não faz sentido abrir uma nova licitação para uma nova obra, já que a do HUB es- tá em estágio avançado e con- sumiu R\$ 5 milhões.